

Relatórios dos Presidentes de Província – possibilidades para o estudo de saúde e da mortalidade no Rio Grande do Norte (1835 a 1889)

Introdução

Os relatórios de presidentes de Província eram documentos produzidos pela administração da província e destinavam-se à Assembleia Provincial com periodicidade anual ou quando havia mudança da presidência (GRIS *et al*, 2010). Com base nos relatórios referentes ao Rio Grande do Norte, pretende-se explorar a questão da saúde e mortalidade da população daquela Província, integrada na discussão mais ampla que se desenvolveu nas diversas Províncias do Império Brasileiro sobre a salubridade pública e higiene e como tais medidas impactaram (se impactaram) no cotidiano dos distintos segmentos populacionais.

Desta forma, foi realizada uma análise crítica sobre as informações podem trazer acerca da saúde pública e da mortalidade do Rio Grande do Norte entre 1835 e 1888. O recorte temporal está associado ao documento mais antigo disponível (1835), seguindo até o final do Império, com a proclamação da república (1889).

Na primeira metade do século XIX, enquanto outras partes do mundo eram acometidas por crises epidêmicas de cólera e febre amarela, o Brasil mantinha o discurso sobre o País ter condições de salubridade satisfatória, apesar da incidência de epidemias de varíola desde o período colonial (CHALHOUN, 1996). O mesmo discurso também estava presente no Rio Grande do Norte. Mas partir da segunda metade do século XIX, a Província foi atingida por surtos epidêmicos de cólera-morbo, febre amarela e varíola (SANTOS, 2013). Segundo Araújo (2015), o Império do Brasil sofreu constantes epidemias e, nesse contexto, uma série de medidas foi implementada para combatê-las. Tais medidas foram introduzidas inicialmente na Corte, e depois nas demais províncias do Império.

Resultados e discussão

A Tabela 1 demonstra o número de óbitos do Rio Grande do Norte em 1839, 1845, 1846 e 1852. Os resultados permitem analisar a variação do volume de óbitos na população, o que pode indicar a presença de crises de mortalidade. Partindo dos dados relativos ao ano de 1839, o volume de óbitos era bem mais baixo, se comparado aos anos seguintes, tanto para a população livre como para a escrava.

Em 1845 e 1846 o volume de óbitos cresce consideravelmente nas duas populações. Mas para uma análise eficaz sobre o impacto da mortalidade na população, é preciso atentar para o total da população indicada nos relatórios (Tabela 2) e a Taxa Bruta de Mortalidade (Tabela 3).

Tabela 1 - Óbitos, Rio Grande do Norte, 1839-1852

Ano	Livres		Total	Escravos		Total
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
1839	362	328	690	53	38	91
1845	1086	980	2066	136	144	280
1846	1092	985	2077	159	140	299
1852	853	962	1815	127	129	256

Fontes: Relatórios de presidentes da província do Rio Grande do Norte, 1839, 1845, 1846 e 1852.

Na Tabela 2 apresenta-se o total populacional dos anos de 1839, 1846 e 1872. Infelizmente não há informações de população para os anos de 1845 e 1852. Por sua vez, em 1872 também não dispomos de informações de óbitos. Desta forma, só foi possível realizar o cálculo da TBM para o ano de 1839 e 1846, os resultados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 2 - População, Rio Grande do Norte, 1839, 1846 e 1872

Ano	Livres		Total	Escravos		Total	Total geral
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		
1839	36619	33722	70341	4974	5215	10189	80530
1846	65309	66108	131417	8675	9478	18153	149570
1872	103984	99446	203430	6133	6009	12142	215572

Fontes: Relatórios de presidentes da província do Rio Grande do Norte, 1839 e 1846; Censo Imperial de 1872.

Tabela 3 - TBM (Taxa Bruta de Mortalidade, Rio Grande do Norte, 1839 e 1846

Ano	Livres		Total	Escravos		Total	Total geral
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		
1839	9,89	9,73	9,81	10,66	7,29	8,93	9,70
1846	16,63	14,82	15,72	15,68	15,19	15,42	15,68

Fontes: Relatórios de presidentes da província do Rio Grande do Norte, 1839 e 1846.

Alguns estudos têm avançado na discussão das Taxas Brutas de Mortalidade, para o caso brasileiro, especialmente para os finais do século XVIII e século XIX. Lembra-se aqui o recente número temático da Revista Brasileira de Estudos de População, sobre a demografia no período colonial e primeira metade do século XIX. Há tentativas de calcular essa taxa, apesar dos problemas inerentes às fontes, para diversas partes do território. Entre os trabalhos apresentados nesse número temático, destaca-se aquele relativo ao Rio Grande de São Pedro (região meridional do Brasil) em que as taxas brutas de mortalidade calculadas para o período entre 1780 e 1810 ficaram entre 21 e 29 por mil (Scott, 2017:627). Embora elas se refiram ao final do período colonial, estão dentro dos parâmetros indicados por José Eustáquio D. Alves para o Brasil em 1872, ano do primeiro recenseamento geral do Império, que ficavam abaixo de 30 por mil.

Infelizmente, temos poucas informações sobre o impacto do cólera e da febre amarela sobre a mortalidade no Rio Grande do Norte, e mesmo sobre as doenças que passaram a ser reportadas nos relatórios a partir da segunda metade do século XIX¹. Certamente, devido ao sub-registros das informações sobre as mortes, seja devido aos problemas de sobregistro para determinar-se a população total. Especialmente no que diz respeito ao volume de óbitos no momento das epidemias, é possível conjecturar que o número tenha sido tão alto, que os párocos ou as autoridades laicas não tenham tido condições de registrar antes do enterramento. Além disso, em alguns relatórios, os presidentes da província informavam que algumas freguesias não enviavam os

¹ Para mais informações sobre o assunto consultar: DIAS, D. J. C., **O comportamento da mortalidade no Rio Grande do Norte entre 1801 e 1870**. Dissertação, mestrado, 1 jul, 2016 e ARAUJO, A. I. C. **Curar, fiscalizar e sanear: as ações médico-sanitárias no espaço público da cidade de Natal (1850-1889)**. Dissertação, mestrado, 22, jul. 2015.

mapas para a organização da estatística. No entanto, esses dados podem ser obtidos a partir do cruzamento quantitativo com outras fontes.

Como as epidemias de febre amarela e de cólera só surgiram depois de 1850, é possível que o impacto maior do volume de óbitos de 1846 seja devido à varíola. Analisar o impacto de cada doença (varíola, febre amarela e cólera) na mortalidade da população antes e depois de 1850 é um objeto de pesquisa interessante e desafiador, pois, o tom, dos discursos dos presidentes nos relatórios muda, indicando que a situação da Província se tornara crítica, a partir da segunda metade do século XIX, por causa da febre amarela e cólera, especialmente (PASSOS, RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1856). Nesse sentido, foi somente a partir de 1850 que a administração provincial tomou medidas visando atender as questões e demandas em relação à saúde pública. Dentre as medidas destacam-se: a criação de cemitérios públicos, o Hospital de caridade e criação de um cargo de médico público (médico do partido).

Não apenas no Rio Grande do Norte, mas em todo o Brasil, o impacto causado pela febre amarela e pelo cólera gerou uma abertura e incentivo para a implantação de políticas destinadas à melhoria da Saúde Pública no Brasil (WITTER, 2007). De todo modo, o impacto da varíola pode ter sido bem mais forte e recorrente, uma vez que esteve sempre presente nos relatórios, antes e depois de 1850.

Considerações Finais

Este exercício de conhecer as possibilidades do uso das informações estatísticas disponíveis nos relatórios para o estudo da saúde pública e da mortalidade na província é um passo inicial para uma análise mais ampla sobre a população na província do Rio Grande do Norte na segunda metade do século XIX. Em etapas futuras, esses dados serão sistematizados/cruzados com outras fontes, como os registros paroquiais, atendendo a disponibilidade das séries de assentos de óbito para as freguesias potiguares.

Referências bibliográficas

ALVES, J. E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. SP: Inst. Fernand Braudel, 2008
http://www.braudel.org.br/pesquisas/pdf/transicao_demografica.pdf (acesso em março de 2018).

ARAUJO, A. I. C. **Curar, fiscalizar e sanear: as ações médico-sanitárias no espaço público da cidade de Natal (1850-1889)**. Dissertação, mestrado, 22, jul. 2015.

CASCUDO, L. C. Capítulo XI. In: **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Fundação José Augusto; Achame: Natal/Rio de Janeiro, 1984. p. 275-289.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo:Cia das Letras. 1996.

CUNHA, J. J. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte. Pernambuco: **Tipografia de M. F. de Faria**,1851.

DIAS, D. J. C., **O comportamento da mortalidade no Rio Grande do Norte entre 1801 e 1870**. Dissertação, mestrado, 1 jul, 2016.

FRANCO, O. História da febre amarela no Brasil. **Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais**, 1969.

GRIS, A. P.; CAMARGO, C. L.; SANTOS, M. F. O olhar do presidente da província sobre a mortalidade na infância em Salvador, de 1857 a 1870. Vol. 1, No. 1. 2010. Disponível em: <http://www.here.abennacional.org.br/here/n1vol1ano1_artigo6.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2016.

MATTOS, M. R. M. F. **Vila do Príncipe-1850/1890 Sertão do Seridó – Um estudo de caso da pobreza**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.1985. 247 p.

PASSOS, A. B. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte. Pernambuco: **Tipografia de M. F. de Faria**, 1856.

SANTOS, A. R. Cemitérios no Seridó, século XIX: construindo de uma pesquisa. **Revista Inter-legere**, 2013.

SCOTT, D. (2017). A população do Rio Grande de São Pedro pelos mapas populacionais de 1780 a 1810. *Revista Brasileira de Estudos de População (REBEP)*. Belo Horizonte, v.34, n. 3, p. 617-633.

WITTER, N. A. **Males e Epidemias: Sofredores, governadores e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)**. Tese, doutorado, 2007.